



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - SANTA ROSA DO SUL

ATA Nº 3684/2023 - GAB/SRS (11.01.16.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santa Rosa Do Sul-SC, 22 de dezembro de 2023.

ATA Nº 02/2023

Aos dezessete dias do mês de agosto, às nove horas, realizou-se na sala de reuniões do bloco da agronomia, a segunda reunião ordinária do Conselho de Campus (CONCAMPUS) do ano de dois mil e vinte e três. O Presidente do Concampus, Professor Jorge Luís de Souza Mota, declarou aberta a terceira reunião do conselho, dando as boas-vindas aos presentes. O presidente informou que a reunião contava com onze participantes, atendendo ao quórum necessário. Na sequência o Presidente solicitou desculpas pela possibilidade de dificuldades em seu desempenho devido à falta de sono. A ata da reunião anterior foi aprovada sem objeções. A pauta constava de dois itens: a) Apreciação do regimento que regulamenta as áreas de estacionamento do campus; b) Indicação de membro da sociedade civil para a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do campus. Não foram apresentados informes gerais, mas foi aberto espaço para que os conselheiros acrescentassem algum ponto à pauta. A conselheira Cristina Freygang trouxe à tona a necessidade de estabelecer regras claras para a renovação parcial do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Houve concordância geral, e o tema foi incluído na pauta para discussão posterior. Diversos conselheiros expressaram concordância com a proposta de debate sobre a renovação do NDE. O conselheiro Patrick sugeriu que o fórum adequado para essa discussão fosse considerado. A seguir o Presidente propôs incluir o debate sobre a renovação do NDE como o terceiro item da pauta, os conselheiros concordaram com a proposta. Na sequência o Presidente Jorge voltou para a pauta da reunião sobre a apreciação do regimento que regulamenta as áreas e condições de estacionamento do IFC do campus Santa Rosa do Sul, bem como critérios de circulação de veículos no espaço interno. O Presidente destacou a importância do regimento, mencionando a necessidade de um controle efetivo, especialmente após a implementação de estacionamento no campus. Ressaltou que, anteriormente, problemas ocorreram devido à ausência de um regimento, o que motivou a formação de uma comissão para elaborar as normas. O Presidente enfatizou que a proposta do regimento foi disponibilizada aos conselheiros e que o próximo passo seria encaminhá-la à reitoria para análise da procuradoria, garantindo conformidade com princípios legais. Ao conceder a palavra aos conselheiros, o Conselheiro Cláudio Luz, representante dos TAEs, compartilhou feedbacks positivos recebidos da comunidade em relação ao regulamento de estacionamento. Cláudio fez leitura das proposições do colega Emanuel, que não se opõe ao regulamento, mas sugere considerar a permanência e saída dos usuários, visando a segurança de estudantes, servidores e visitantes, cujo texto encaminhado por e-mail para Cláudio apresenta-se transcrito a seguir, entre aspas: “abaixo vão algumas considerações e propostas baseadas em experiência anterior, nada sistematizado, apenas para contribuir com a discussão que porventura possa surgir. 1. Identificação do veículo, por segmento da comunidade escolar. Os veículos particulares que desejam ingressar nas dependências do campus para utilizar o estacionamento deverão possuir selo de identificação para o acesso sem restrições. Cada segmento da comunidade deverá possuir um tipo específico de selo identificador. Por exemplo: a) servidores/terceirizados - selo verde; b) discentes do Ensino Superior - selo azul; c)

discentes do Ensino Médio - selo amarelo; d) transporte coletivo de passageiros - selo branco; etc. 2. Cadastro, por período, dos veículos e respectivos condutores. Para manter o correto controle das permissões de utilização do estacionamento e, para além disso, ter a ciência de quem acessa o campus e quando, será necessário instituir um cadastro periódico de veículos e condutores interessados em possuir o selo de acesso. A possibilidade de cadastro poderá ser aberta anualmente, através de edital público, por segmento da comunidade, com validade a depender do segmento. Exemplo: discentes deverão, obrigatoriamente, renovar a inscrição a cada início de um novo ano letivo, pois é um público com características mais heterogêneas de frequência quando comparados com os servidores. Portanto o selo, além de possuir uma cor específica para cada segmento, também deverá prever prazos de validade. Se a validade do cadastro do discente é de um ano, a do servidor efetivo pode ser por tempo indeterminado e a do trabalhador contratado, a depender do prazo de validade do contrato estabelecido com a instituição. O cadastro periódico tem por objetivo obter conhecimento prévio acerca das características do público usuário do estacionamento, bem como dimensionar a alocação de espaços existentes/reservados. 3. Criação de um protocolo específico para controlar o acesso e permanência de veículos não cadastrados (profissionais, visitantes, pais de alunos, etc.). Aplicando-se um controle mais rígido sobre os acessos de veículos às dependências do campus, a equipe de vigilância precisaria ficar responsável pelo registro dos demais casos. Esse processo poderia prever a utilização de selos temporários para não cadastrados, ou outro modelo de identificação mais ágil, que garantisse a necessária identificação do condutor e do veículo. Essas são algumas sugestões para tentar mensurar, identificar e controlar o público que acessa e utiliza o estacionamento da instituição. Creio que, se aplicadas, poderão promover uma maior segurança interna para os usuários do nosso serviço, para o patrimônio institucional e para os servidores e demais trabalhadores que atuam no campus. O Conselheiro Marcelo levantou a questão da atualização do horário de funcionamento do campus, destacando a necessidade de rever as normativas existentes, uma vez que a recomendação atual não condiz com a realidade do campus. Ele propôs incluir a regulamentação de acesso ao campus, abordando o funcionamento geral, circulação de pessoas externas e horários de atividade. A proposta de inclusão da regulamentação de acesso ao campus foi discutida pelos conselheiros, considerando a recomendação existente, a instrução normativa e a necessidade de ajustes às mudanças ocorridas no campus ao longo do tempo. Os membros presentes trocaram ideias e sugestões relacionadas ao acesso, permanência e controle de veículos no campus. Destacou-se a necessidade de um registro eficiente de entrada de veículos, identificação do veículo e do condutor, bem como a criação de um protocolo específico para o controle de acesso de visitantes não cadastrados. Cláudio ressaltou a importância de considerar as propostas do colega e sugeriu uma revisão do regulamento para promover maior segurança interna para os usuários do serviço, o patrimônio institucional e os servidores que atuam no campus. Marcelo complementou a discussão abordando questões relacionadas ao controle de acesso. Ele mencionou a existência de um manual detalhado, mas reconheceu as dificuldades na implementação devido à falta de recursos humanos. A proposta de criar mecanismos que facilitem o acesso e evitem congestionamentos foi discutida. Cristina Freygang trouxe à tona a importância da segurança na guarita, destacando uma situação em que a comunicação via WhatsApp entre os vigilantes se mostrou ineficaz em um incidente de segurança. Marcelo se comprometeu a verificar a situação e a possibilidade de fornecer rádios para melhorar a comunicação. Jorge (Presidente) resumiu a discussão e mencionou a necessidade de analisar se o regulamento atual atende às demandas ou se precisa ser reformulado. Patrick sugeriu analisar se há dispositivos que não estão sendo atendidos pela regulamentação atual antes de propor alterações. A discussão sobre o regulamento foi encerrada, e a ata foi elaborada para registro das propostas e discussões. Ao final da discussão, ficou acordado que a proposta seria incluída em futuras pautas para aprofundamento do debate, e o processo de regulamentação seria encaminhado à reitoria para análises. Em seguida, a reunião abordou a indicação de membros da sociedade civil para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do campus. O presidente Jorge informou sobre a composição da CPA, com Cláudio Luiz representando os técnicos e Jorge representando os docentes, enquanto os representantes da sociedade civil ainda precisam ser

indicados. Jorge explicou que, devido à ausência de candidatos no processo eleitoral, ele se ofereceu para representar os docentes, e Cláudio Luiz continuou como representante dos técnicos. A escolha dos membros da sociedade civil será realizada na primeira reunião do colegiado de campus. Antes de encerrar o ponto de pauta, Jorge abriu espaço para dúvidas e observações. Israel apresentou uma sugestão, e o presidente convidou-o a compartilhar suas ideias. A seguir, a palavra foi repassada para o secretário Israel, que ponderou que é necessário falar com essas pessoas, mas tinha pensado no nome da professora Eliandra da ONG Aguapé que é de Santa Rosa do Sul e professora do Estado. Pensou ainda no nome de alguém do Instituto Rua do fogo, sendo que poderia ser conversado com o pessoal que faz parte desse Instituto, como o Zeca e a professora Eliane Debus que estão à frente. De acordo com o Professor Jorge, é importante ouvir a sugestão de todos, pois talvez outros conselheiros sugiram outros nomes da sociedade civil. Após as sugestões caberia a nós avaliá-las para decidir por consenso quais seriam os nomes que deveriam ser convidados para representar a sociedade. Na sequência, o conselheiro Cláudio Luz comentou que já tinha feito parte da composição da CPA anterior e já tinha recebido informações dos colegas que fizeram parte de outras composições, que não há uma participação efetiva desses representantes da sociedade civil, diferente do que ocorre no CONCAMPUS. Segundo o conselheiro Cláudio Luz, na última composição, por exemplo, foi a secretária de educação infantil de Santa Rosa do Sul e a secretária de turismo faziam parte do Conselho, mas em decorrência das atividades que elas tinham no seu dia a dia, houve grandes dificuldades, até mesmo porque a gente pegou um período da pandemia. De acordo com o Cláudio Luz, sempre existe dificuldade por parte dos representantes da sociedade civil de participarem das nossas reuniões, principalmente nos momentos que a CPA efetivamente vem atuar, que será agora no segundo semestre, onde os instrumentos são construídos. Disse Cláudio que, quanto aos nomes das pessoas propostas pelo Israel, não tem problema nenhum. O conselheiro Cláudio Luz informou ainda que existe uma resolução do IFC aprovada pelo CONSUPER que trata sobre o regimento interno da CPA, cujo artigo sétimo, no parágrafo quinto, diz que o representante da sociedade civil organizada será escolhido dentre os inscritos designados pelo conselho de Campus do respectivo Campus; lembrando que cabe ao CONCAMPUS escolher entre os inscritos. Na sequência o professor Jorge questionou se alguém gostaria de sugerir mais algum outro nome de alguma outra associação que queira relatar para que a gente possa fazer o convite, porque a gente vai precisar tirar dois nomes, sendo um titular e um suplente encaminhando os convites. Não quer dizer que essas pessoas vão aceitar o convite, mas caso aceitem, a gente vai discutir aqui aprovação desses nomes. A seguir, o conselheiro Flávio questionou se há algum impedimento quanto à participação de entidades da sociedade civil. Comentou que a cooperativa COOPERSOL é parceira da Instituição nossa, especialmente quanto aos produtos do PNAE, mas nesse caso, teria que ver se não nenhum problema ou conflito. A seguir, o Conselheiro Patrick comentou que, considerando o viés agrícola do funcionamento do Campus, pensou na hipótese de fazer o convite, não sei se tem município Santa Rosa, para o sindicato de trabalhadores rurais. E eu acho que seria uma instância de mobilizar para também que eles percebam a importância do curso dentro do município e da região. E talvez até estendesse o convite para outros sindicatos desse segmento dos municípios vizinhos, que integram grande parte dos nossos cursos aqui do campus. Aí, quem sabe a gente começa a fortalecer também nesses segmentos a importância dos nossos cursos, dos profissionais que nós formamos aqui. A seguir, o professor Jorge informou que o prazo para a indicação desses nomes teria que ocorrer de forma imediata porque a comissão já foi formada. O conselheiro Cláudio Luz informou que a composição anterior teve prazo validade até junho, mas foi prorrogado por mais um mês para que fosse possível finalizar os relatórios locais, sendo que esses já foram publicados e no dia trinta de junho perdeu a validade; após foi publicada uma nova Portaria no dia vinte e um de julho, com validade para dois anos. O conselheiro Cláudio Luz informou ainda que, como integrante da CPA local atual, nós não recebemos mais nenhuma orientação da CPA institucional, até mesmo porque a nova composição da CPA institucional vai se reunir com os integrantes que serão os presidentes das CPAs locais. Segundo o Conselheiro Cláudio Luz, nós ainda não estabelecemos as funções de cada um dentro da CPA local e isso somente irá acontecer quando todos os integrantes estiverem constituídos. Na sequência, a conselheira

Cristina Quartieiro ponderou que iria sugerir justamente que a gente tivesse uma área de abrangência um pouco maior que o município de Santa Rosa do Sul. Não somente para a CPA, mas nos outros casos, quando a gente precisa de representado da sociedade civil, uma região de maior abrangência. Acabou lembrando de um nome do Alex Bianchini, que ele foi parceiro, ele foi estudante do nosso Campus, e sempre fica muito feliz de ser chamado aqui e de visitar o Campus. Na sequência o Professor Jorge colocou que considera extremamente saudável que a gente consiga expandir a representação do Campus. Houve mais algumas considerações por parte de alguns conselheiros, no sentido de ampliar a representação do Campus, convidando pessoas que realmente tem interesse e já mantém alguma relação com o Campus. O professor Jorge ponderou que nós ainda estamos num certo lucro agora, a CPA menos porque é um titular e um suplente e o CONCAMPUS, por exemplo, já tem que ser duas pessoas, mas, eles queriam que o CONCAMPUS tivesse cinco pessoas, uma vez que o CONSUPER tem cinco. Porém, nós não temos que replicar o que o CONSUPER faz. Depois o pessoal fez uma revisão e chegou em um consenso de que não precisa colocar todos os números que têm no CONSUPER e faça uma coisa que seja a realidade dos Campi. O professor Patrick também concordou e argumentou que dos dez que precisam para o CONSUPER, existem apenas oito inscritos, ou seja, não se consegue completar os dez nomes em todo o IFC. Na sequência o professor Jorge questionou se mais algum conselheiro gostaria de se manifestar sobre o tema. O secretário Israel questionou sobre o encaminhamento, se o convite para essas pessoas da sociedade civil seria enviado pela Direção Geral do Campus ou pela CPA. O Professor Jorge informou que é a Direção-geral que vai encaminhar o convite representando a ideia do CONCAMPUS. Informou também que será feito o convite para as pessoas e assim que tiver os nomes, eles serão repassados para os conselheiros que quiserem se manifestar dentro de um prazo. Se não vier nenhuma negativa, faremos a indicação do nome da pessoa para a Reitoria, e na próxima reunião a gente traz para referendar para que não seja necessário marcar uma reunião só para saber se todos concordam com os nomes, uma vez que essa resposta é possível saber por e-mail. Dando sequência a reunião, o professor Jorge informou que o terceiro item, então não tinha, foi o item incluído, que é o da provocação. Esse item trata da questão do NDE que foi uma proposição da professora Cristina Freygang, porque os nossos colegiados, como o NDE e o NDB, têm essa tendência de ficarem se perpetuando e a gente sabe que é saudável, que haja as mudanças se forem cabíveis. A questão agora seria saber se todos concordam, podemos dar encaminhamento para solicitar que o conselho de Campus emita uma recomendação para o grupo, para os colegiados, façam avaliação, sentando-se com os pares para fazer uma revisão da sua composição. Poderia ser uma recomendação geral para todos os colegiados para que mantenham a atenção com relação a isso. Nesse momento, o presidente informou que está carecendo de ideias para o encaminhamento. A seguir o conselheiro Cláudio Luz ponderou que cada curso tem a sua especificidade, sendo que o curso de zootecnia começou agora, com a composição do primeiro o NDE, sendo que o curso ainda não foi nem avaliado e a gente ainda está no segundo semestre, então vai ser difícil encaminhar algo neste sentido. Cláudio disse que, quanto ao NDB do curso técnico observa-se que há uma certa composição que talvez falte ou melhor recomposição; quem sabe, haja critérios bem definidos ou uma coisa nesse sentido. Cláudio falou que, em relação à engenharia agrônômica, da qual faz parte do NDE desde a criação do curso, mas acabou saindo faz uns sete anos, mas que se lembra dos argumentos utilizados em relação a isso, que foi em decorrência do processo de avaliação do curso, com a manutenção do NDE; porém, não ocorreu uma manutenção total, havendo um revezamento parcial que também seria salutar. Cláudio disse que, talvez, seja interessante, antes de fazermos qualquer deliberação em nome do CONCAMPUS, a gente trazer aqui coordenação, talvez trazer o NDE, conversar com os atores que estão atuando; a gente precisa ouvir as partes envolvidas. Cláudio falou que entende perfeitamente a preocupação do professor Jorge e concorda que é salutar esse revezamento, mas acha que a gente precisa entender a realidade de cada curso. A seguir a Professora Cristina Quartieiro falou que considera que foi contemplada com a fala do Conselheiro Cláudio Luz, porque, pelo que ela lembra, esse critério ele foi proposto dentro do próprio NDE por causa do processo de avaliação, que foi um dos critérios de elevação do curso. Então, acredita que não seja uma

deliberação do CONCAMPUS, mas sim do próprio NDE, coordenação de curso para estabelecer e para, propor um certo revezamento, porque até então, assim a gente não sabe se isso aí realmente vai interferir ou impactar na nota do curso. Até porque, pelo que a gente percebe em todas as comissões, sempre é feito um revezamento, mas que eu também não sei se caberia ao CONCAMPUS fazer esse tipo de encaminhamento. Na sequência, a Professora Cristina Freygang esclareceu que não pediu uma deliberação. Ela esclareceu que alguns docentes vieram lhe questionar que todo mundo diz que não se muda o NDE da agronomia, em função de um parecer. Só que nós temos uma organização, um parecer não é uma regra oficializada, é um parecer. Mas, nós temos uma organização didática que diz que tem que ter renovação parcial e essa renovação parcial não existe. Na organização didática, diz que faz parte do campus exatamente por tudo isso que o Cláudio falou, estabelecer como é que vai ser a renovação parcial. Então, a minha pergunta é em nome de várias pessoas que gostariam de entrar no NDE e que estão questionando, isso é, quem estabelece quais são as regras? É um questionamento, porque não tem por que se diz: é o Campus e aí o Campus não estabelece essas regras e nós continuamos sem renovação. A seguir, o Conselheiro Cláudio Luz ponderou que considera importantes as colocações da Professora Cristina, porque o Parecer que foi feito do curso não diz que deva manter aquele NDE, o Parecer afirma que é salutar que haja essa manutenção do NDE, mas eles não dizem que não deve haver renovação, de forma alguma; até mesmo porque os próximos avaliadores que poderão vir um dia a nos questionar a respeito do curso serão outros e as avaliações, sendo que os critérios de avaliação vêm já formalizados num documento; conseqüentemente, o que uma comissão adota como um critério de avaliação para estabelecer uma pontuação de um a cinco, outra comissão, geralmente em duplas, que são docentes de outras instituições que o MEC contrata, sejam de institutos federais, universidades e instituições privadas também; poderão adotar outro posicionamento. Cláudio disse que, por isso, volta a dizer que o importante, no seu entendimento, é que esse assunto primeiro seja debatido no âmbito de cada curso, porque cada curso tem a sua especificidade e que acha muito difícil estabelecer isso de uma forma geral; mas, por outro lado, se o Instituto depois entender que deve haver uma deliberação com critérios únicos, tudo bem; mas que isso precisa ser debatido antes, voltando a dizer que, como integrante do CONCAMPUS, entende não ser adequado partir daqui esse debate, entendendo que devemos primeiro retornar à base, digamos assim, e ouvir aqueles que realmente participam. A seguir a Professora Cristina Quartieiro ponderou que gostaria de esclarecer melhor a sua fala, pois acredita que não foi muito bem compreendida. Mas assim, é importante, tudo bem, mas, eu não disse que não deve mudar, entendeu? Eu falei que todas as condições e elas sofrem modificações e que é muito bom que realmente haja uma renovação, mas que tem que participar primeiro no curso. A professora Cristina Freygang esclareceu que a sua pergunta foi no sentido de entender para onde eu vou com essa solicitação que me fizeram. A seguir o Professor Patrick afirmou que considera importante destacar aqui, nem todo mundo faz parte desses colegiados e núcleos, como o NDB, colegiado curso e NDE. Patrick disse que faz parte de alguns e que começa a ter algumas dificuldades, até de funcionamento dos próprios núcleos em virtude da participação sempre dos mesmos docentes em mais de um núcleo. Começa a colidir com os horários, e há dificuldades de executar uma reunião, porque o mesmo docente faz parte de mais de um NDE. Talvez essa seja uma demanda para as próprias coordenações de curso estabelecerem um regimento de que o professor tenha que ter o bom senso de não participar de mais de um NDE. Alguém precisa e eu concordo que tem que ser na base, tem que partir de lá, mas concordo que precisa estabelecer algum critério de regimento, porque hoje não existe. Concordo que a gente precisa pensar estratégia, mas concordo, talvez não devesse sair daqui essas proposições. O Conselheiro Cláudio Luz lembrou que na época em que participava do NDE de engenharia agrônoma, havia uma dificuldade de ter outras pessoas interessadas em participar; porém, se há essa uma demanda agora diferente, é o momento de se justificar a necessidade de se promover essa discussão; então, talvez o CONCAMPUS possa, a partir daí, em decorrência de tomar conhecimento de que há docentes interessados em participar agora do NDE orientar, quem sabe as coordenações ou recomendar, ou ainda apontar para estudar a possibilidade no âmbito dos cursos com os pares. Na sequência, o Professor Jorge

colocou que os dois encaminhamentos que ele havia anotado na verdade vão nesse sentido. A primeira, então, eu acho que a gente já fez uma discussão a respeito, já se sabe os pontos. A questão é: primeiro, se é de comum acordo que isso é uma matéria que o CONCAMPUS tenha que se envolver ou não. Porque se não for, a gente vai ver um outro de como fazer, mas não via CONCAMPUS. Mas então, assim, a questão é: os conselheiros entendem que isso é uma matéria que o CONCAMPUS pode falar a respeito dela? Se pronuncia a respeito. Porém, é importante deixar claro que nós não vamos deliberar, o nosso papel é consultivo aqui. Nós temos condições de sair daqui com a decisão de enviarmos uma sugestão, por exemplo, para o Diretor de Ensino, para que ele veja junto aos colegiados, por conta da provocação no conselho que se reveja questões envolvendo participação no NDE. Podemos apresentar essa sugestão para ele. Aqueles que entendem que esse assunto pode, sim, tramitar pela nossa opinião como conselheiro, permaneçam como estão. Então, primeiro fato decidimos que o CONCAMPUS tem validade para discutir a respeito do assunto. O segundo seria esse que falei anteriormente, ou seja, encaminhar recomendação ou sugestão/recomendação, não sei qual o melhor termo, para a Direção de Ensino para que em função da provocação do tema que se faça o levantamento, junto aos devidos núcleos sobre a questão de regras de renovação, abrindo-se espaço para discussão. A seguir o professor Jorge questionou se pode ser esse o encaminhamento ou se algum conselheiro quer fazer algum comentário a respeito. O Conselheiro Cláudio Luz afirmou concordar com o encaminhamento para a Direção de Ensino, pois considera mais adequado. Colocado em votação pelo Professor Jorge, a proposta foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade a reunião, o Professor Jorge informou que gostaria de incluir um expediente que acabou não sendo discutido e gostaria de saber se os colegas autorizam a incluir. Ele fala a respeito da última reunião que não aconteceu, a segunda reunião do ano. Havendo a concordância dos conselheiros e conselheiras, o professor Jorge informou que houve um erro no calendário na proposição das datas, pois elas deveriam ter tido um interstício maior entre as reuniões, dividindo equitativamente ao longo do ano, até para que se possa ter matérias, Mas, de alguma forma passou e a gente acabou não verificando essa questão. Ocorreu que a segunda reunião foi agendada muito próxima da primeira e acabou não se realizando, pois não havia pauta. Então decidimos que não iríamos realizar a segunda reunião e o que eu quero saber aqui é, se vocês convalidam essa ação ou se vocês acham que a gente deve realizar uma reunião extemporânea para discutir alguma matéria que vocês achem que deveria ter sido discutida. Na verdade, não tem muito sentido, mas é um direito dos conselheiros opinarem a respeito. Então a pergunta é, podemos considerar convalidada aquela ação? Quem concorda permanece como está. A ação foi aprovada por unanimidade dos conselheiros. O Professor Jorge esclareceu que é por uma questão de deixar tudo registrado, porque amanhã ou depois alguém pode chegar e perguntar da direção, vocês tinham que ter quatro reuniões no ano e vocês só tiveram três. Então, dessa forma, fica claro que os conselheiros concordaram, e que tal deliberação está registrada na ata da terceira reunião. Na sequência, o Professor Jorge informou que a pauta principal foi vencida, e que passaria para os informes. Vocês lembram que a gente falou que foi sugerido que a gente fizesse uma atualização do processo eleitoral. Talvez não seja do conhecimento, principalmente das colegas de fora, nós estamos em processo eleitoral esse ano no Campus, onde vão ser eleitos novos diretores dos quinze Campi da rede. Quer dizer, na verdade são treze, porque dois são Campi avançados, então eles estão relacionados com os diretores dos Campus sede, como é o nosso caso aqui em Sombrio. Nós temos também as eleições para a escolha do novo Reitor do Instituto Federal Catarinense. Então, saiu uma relação dos homologados, sendo que nós temos três candidatos para a Reitoria e no Campus, nós temos dois candidatos. Assim, nós torcemos para que o processo transcorra dentro da maior serenidade possível, com civilidade, para que possa lograr êxito no sentido do que se pretende que é escolher um novo representante do Campus. A seguir, o Professor Jorge concedeu a palavra ao Professor Patrick que disse que gostaria de complementar as informações do Professor Jorge. De acordo com o Professor Patrick, não estamos em um processo de escolha só de Reitor e Diretor, mas também do CONSUPER e CONSEPE, envolvendo todos os segmentos: docentes, técnicos e discentes. O Professor Jorge agradeceu o Professor Patrick e lembrou que é um processo grande e muito importante para a vida da instituição, mas que,

infelizmente, só teve uma pessoa do nosso Campus disposta a se colocar para o Conselho Superior. O Professor Jorge informou ainda que o Diretor eleito vai ter a opção de disputar com os outros, para ir ou não para o CONSUPER como representante dos docentes e em geral, eles conseguem se manter lá e depois até revezar de forma que todos acabam participando no CONSUPER. O único nome do nosso Campus de representante dos docentes, foi o nome do Professor Samuel. A seguir a Professora Cristina Quartieiro esclareceu que não é somente de diretor e para reitor, que também serão eleitos membros do CONSEPE e membros do CONSUPER que nós vamos ter que votar no caso em outros nomes de outros Campi, porque nós só temos um representante do CONSUPER aqui que é o nome do Professor Samuel. A Professora Cristina informou ainda que o nosso Campus vai receber a visita desses candidatos a Reitores que vai acontecer nos dias cinco e onze de setembro. E que os candidatos a Diretores também terão um momento de fala com todos os servidores, sendo que os membros da sociedade civil também podem participar. Na sequência o secretário Israel colocou que seria importante que houvesse um cronograma especificando datas e horários das visitas dos candidatos ao Campus. A Professora Cristina informou que esse cronograma está sendo elaborado, mas ainda está passando por alguns ajustes. Estou fazendo alguns ajustes, sendo que a Comissão Eleitoral, ele já tem acesso e será compartilhado com todos os servidores na data de hoje. A seguir o Professor Jorge ponderou que considera que o processo de preparo, ficou no tempo adequado para a campanha, mas o processo de campanha ficou num prazo curto. A janela de campanha, são vinte e oito dias e isso gerou problema para os candidatos, especialmente para os candidatos a Reitores dados o número elevado de Campi. E aí, para piorar, a gente tem feriado no dia sete e no dia oito e a Cris ainda me procurou e lembrou que nós temos conselho de classe, onde os professores têm uma série de atribuições com os alunos, o que dificulta ainda mais esse cronograma. A Professora Cristina Quartieiro lembrou que o nosso problema maior é espaço. Os próximos gestores têm que avaliar a necessidade do nosso Campus viabilizar espaços maiores, porque nós temos essa necessidade. O Professor Jorge então informou que essa necessidade está prevista no PDI, bem como, a necessidade de um refeitório e uma nova biblioteca. O professor Jorge informou que o problema é o alto custo desses investimentos, sem considerar a mobília necessária a cada um desses ambientes. O Professor Jorge enfatizou a importância do PDI e a importância dessas obras estarem previstas no PDI para que os próximos gestores saibam quais são as prioridades para investimentos no Campus. A seguir, o Professor Jorge informou que a pauta da reunião estava concluída e perguntou se algum conselheiro ou conselheira gostaria de fazer mais alguma informação. O Conselheiro Cláudio Luz informou que na data de ontem esteve em um jogo aqui do IFC que está participando do campeonato da cidade em Santa Rosa do Sul, que venceu nas quartas de final e está indo para a semifinal; que no time temos jogadores que são alunos e ex-alunos do nosso Campi, sendo que a semifinal acontecerá na próxima semana e a participação do Professor Paulo Junior. Nada mais havendo a tratar, o Professor Jorge agradeceu a presença e a parceria de todos e deu por encerrada a reunião. Assim sendo, eu, Israel Vasconcelos Cardoso, encerro a presente ata, subscrita por mim, nomeado Secretário pelos Conselheiros do CONCAMPUS do Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul.

CONSELHEIROS(AS):

NOME	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
Jorge Luís de Souza Mota	Diretor-Geral do Campus e Presidente do CONCAMPUS	Presente

Cristiano Antônio Pochmann	Diretor do Departamento de Ensino, Pesquisa Extensão – Titular	Ausente com justificativa
Cristina Quartieiro Dalpiaz Soares	Diretora Substituta do Departamento de Ensino, Pesquisa Extensão – Suplente	Presente
Flávio José Pettenon	Diretor do Departamento de Administração e Planejamento – Titular	Presente
Marcelo Santos Bitencourt	Diretor de Infraestrutura e Produção – Titular	Presente
Cristina Claumann Freygang	Representante dos Docentes – Titular	Presente
Patrick de Souza Girelli	Representante dos Docentes – Titular	Presente
Cláudio Luiz Melo da Luz	Representante dos Técnico-administrativos – Titular	Presente
Cristina Bauer Borba	Representante dos Técnico-administrativos – Titular	Ausente com justificativa
Maria de Souza Matos	Representante dos Técnico-administrativos – Suplente	Presente
Maisa Benedete Duarte	Representante dos Discentes - Titular	Presente
Izabel Lima Batista	Representante dos Discentes - Titular	Ausente com justificativa
Nicolle Fernanda Zorge	Representante dos Discentes - Suplente	Presente
Ian Borges Santana	Representante dos Egressos - Titular	Presente
Assis Mendes	Representante dos Pais de Alunos - Titular	Ausente com justificativa
Andreia Simone Ramos Soterio	Representante da Sociedade Civil - Titular	Presente
Andréa Corrêa Faedrich	Representante da Sociedade Civil - Titular	Ausente com justificativa

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 18:43)
CLAUDIO LUIZ MELO DA LUZ
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
DEPE/SRS (11.01.16.01.03)
Matrícula: ###908#4

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 15:03)
CRISTINA CLAUMANN FREYGANG
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DEPE/SRS (11.01.16.01.03)
Matrícula: ###597#3

(Assinado digitalmente em 27/12/2023 14:07)
CRISTINA QUARTIEIRO DALPIAZ SOARES
DIRETOR DE DEPARTAMENTO - SUBSTITUTO
DEPE/SRS (11.01.16.01.03)
Matrícula: ###798#5

(Assinado digitalmente em 26/12/2023 08:04)
FLAVIO JOSE PETTENON
DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DAP/SRS (11.01.16.01.02)
Matrícula: ###007#5

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 14:31)
ISRAEL VASCONSELOS CARDOSO
CHEFE DE GABINETE - TITULAR
GAB/SRS (11.01.16.01.01)
Matrícula: ###380#9

(Assinado digitalmente em 23/12/2023 10:42)
JORGE LUIS DE SOUZA MOTA
DIRETOR GERAL - TITULAR
DG/SRS (11.01.16.01)
Matrícula: ###886#5

(Assinado digitalmente em 26/12/2023 08:23)
MARCELO SANTOS BITENCOURT
DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DIP/SRS (11.01.16.21)
Matrícula: ###087#4

(Assinado digitalmente em 28/12/2023 12:33)
MARIA DE SOUZA MATOS
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
CCTAGR/SRS (11.01.16.01.03.03.03)
Matrícula: ###603#6

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 16:02)
PATRICK DE SOUZA GIRELLI
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DEPE/SRS (11.01.16.01.03)
Matrícula: ###959#5

Processo Associado: 23354.005127/2021-43

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **3684**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **22/12/2023** e o código de verificação: **7ab25b851a**